

## ÓRFÃS PARA O TRABALHO - RIO GRANDE DO SUL, SÉCULO XIX\*

Margarete M. Bakos\*\*  
Eliana Silveira\*\*  
Carmem Castro\*\*

Esta pesquisa tem por objetivo estudar o papel da educação na preparação para o trabalho de mulheres órfãs no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XIX. Casamento e emprego doméstico eram os espaços de trabalho mais visados por essa formação.

A partir da segunda metade do século XIX, o Rio Grande do Sul, como o restante do país, vivenciou as modificações que terminaram, ao final do século, por extinguir a escravidão negra e iniciar um processo de modernização na economia, com proliferação de fábricas, crescimento de núcleos urbanos e proletarização da população.

Neste contexto, acentuou-se a importância atribuída à educação pelo poder público provincial como elemento de integração social de grupos que estariam em vias de marginalização. Em tal postura, evidenciava-se a necessidade de determinar os papéis sociais que lhes caberia desempenhar.

Os relatórios dos presidentes de província das últimas décadas do século XIX davam ênfase à educação das mulheres, especialmente das órfãs, e dos escravos negros libertos, no sentido de prepará-los para viver em uma sociedade onde o ofício assalariado passaria a ser um passaporte à integração social.

O relatório da Diretoria do Ensino de 1877 esclareceu a situação da instituição pública na província: dois terços da juventude riograndense não receberam instrução e o índice de alfabetização era extremamente baixo, um alfabetizado para cada 54 habitantes de território.

Para diminuir o analfabetismo da província, o governo propôs a intervenção do estado na obrigatoriedade do ensino. Salientou que, como o estado não possuía recursos suficientes para assegurar educação, em

---

\* Comunicação apresentada durante o XIII Simpósio Nacional da ANPUH (Curitiba, julho de 1985)

\*\* Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\*\* Professoras do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

especial a das crianças desvalidas, tornava-se necessário o incentivo à iniciativa particular, por meio de associações beneficentes.

Para o governo, o baixo nível de escolaridade da população impedia o progresso econômico e aumentava a criminalidade. Nessa perspectiva, se houvesse maior número de escolas, diminuiria a necessidade de construir prisões.

Em 1880, no governo do Presidente da Província Henrique D'Avila, reafirmou-se a preocupação do estado com a educação e profissionalização dos grupos citados.

O Presidente destacou a importância da educação das mulheres, afirmando:

*"Uma coisa melhor que tudo pode dar a medida da ignorância de um povo, é a instrução do sexo feminino".*

Ele salientou que o número de aulas para o sexo feminino era muito pequeno na Província<sup>1</sup>.

A educação e a preparação para o trabalho da mulher órfã no Rio Grande do Sul pode ser analisada através de estudo de uma instituição de caridade fundada pelo Estado: o Asilo de Santa Leopoldina.

O Asilo de Santa Leopoldina foi fundado em 1857 pelo governo provincial, com a finalidade de recolher órfãs desvalidas, meninas expostas da Santa Casa, na idade de 5 a 13 anos. A criação do Santa Leopoldina deve-se a constantes pressões da sociedade local sobre o governo para amparar as abandonadas<sup>2</sup>.

O aspecto de ordem moral do problema era impedir que as jovens entrassem para prostíbulos, seguindo exemplos já conhecidos na Província<sup>3</sup>.

Em 7 de setembro de 1857, instalava-se o Asilo de Santa Leopoldina, na Rua da Igreja, em casa alugada pelo prazo de um ano. O Asilo deveria ser administrado pela Santa Casa, com funcionários do governo. A verba

---

1 Fala do Presidente da Província Henrique D'Avila à Assembléia Provincial em 1880.

2 Relatório do Vice-Presidente Patrício Correa da Camara à Assembléia Legislativa, p. 57.

3 Relatório do Dr. Américo de Moura Marconde de Andrade a Felisberto Ferreira da Silva, em 26 de Janeiro de 1879. p. 10.

para a manutenção do estabelecimento provinha da lei de orçamento provincial, dos rendimentos dos bens doados por particulares, bem como das rendas promovidas pelo próprio patrimônio da instituição<sup>4</sup>.

Recentemente, Riopardense de Macedo chamou a atenção para que, apesar do grande propósito da fundação do Asilo ser amparo das órfãs, o tipo de educação oferecido era até certo ponto sofisticado, tanto pelo programa como pelo reduzido número de educandas a serem admitidas<sup>5</sup>. Inicialmente, a direção do Asilo foi confiada às religiosas do Sagrado Coração de Maria. Elas ministravam a educação geral e o ensino para o trabalho doméstico apropriado à mulher. Um ano após a Fundação - em 1858 - novo regulamento foi elaborado pelo Governo da Província<sup>6</sup>, definindo melhor as características da instituição<sup>7</sup>.

Desde então, a administração ficou a cargo de um Conselho de cinco pessoas auxiliado por uma Comissão Protetora do Asilo, composta por senhoras escolhidas pelo Governo da Província. Os membros natos do Conselho eram o Inspetor Geral da Instituição Pública e o Provedor da Santa Casa de Caridade. Previa-se que o número de pensionistas a ser aceito gratuitamente era de 30 e as restantes deveriam pagar. Admitia-se ainda o regime de meio-pensionista<sup>8</sup>.

Ressaltava-se que era necessário delimitar as idades de 2 a 6 anos para o recebimento das meninas no Asilo, pois nesta faixa etária adquiriam-se os bons hábitos morais<sup>9</sup>.

*“As de maior idade, ainda que sejam de bons costumes, pela falta de recursos para se prepararem, trazem vícios que dificilmente se desarraigam, e podem inocular o estabelecimento, sendo-lhe fatal”.*

---

4 *Op. cit.*, nota 1, p. 23.

5 MACEDO, Francisco Riopardense de. *Os menores abandonados e o Padre Cacique de Barros*. Porto Alegre, FEBEM-RS, 1982. p.23.

6 *Ibidem*

7 O novo regulamento especifica pormenorizadamente as condições para a admissão das educandas, quais sejam desde a situação de expostas na Santa Casa, órfãs abandonadas, filhas dos presos pobres durante o cumprimento de pena dos progenitores. In: MACEDO, Riopardense. *Op. cit.* Nota 4, p. 44.

8 *Ibidem.* 4, p. 24.

9 Relatório do Presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz na entrega do governo ao vice-presidente Patricio Correa da Câmara e Joaquim Fernandes, 1859. p. 56-7.

Além disso, previa-se que a educação fosse feita em diferentes níveis, para que as educandas recebessem um ensino compatível com a sua idade.

Conforme palavras do Presidente Angelo Muniz, o Asilo de Santa Leopoldina tinha uma função social importantíssima, pois era meio de "prevenir e extirpar crimes"<sup>10</sup>. Segundo o Presidente, se nos grandes centros de população fossem construídos estes estabelecimentos para ambos os sexos, diminuiria a necessidade de "galés ou casas de correção"<sup>11</sup>.

A educação no Asilo consistia basicamente em conhecimento para desenvolver habilidade doméstica como lavagem de roupa, costura e cozinha<sup>12</sup>.

O objetivo básico era preparar a jovem para o casamento, porém tais qualificações permitam também que elas fossem destinadas ao mercado de trabalho doméstico, fato previsto pela Lei Provincial nº 1110, de 1877. O artigo 38 da lei determinava que as educandas, depois dos 20 anos de idade, e não tendo meios para se manter, fossem empregadas como criadas em casas de família.

Em 1879, a Direção do Asilo de Santa Leopoldina solicitava ao Governo para revogar esta disposição da lei, pois, por um lado, as moças recusavam-se a trabalhar como domésticas e, por outro, a instituição acreditava que "*esta disposição de lei em nossa sociedade, enquanto existir escravatura, contribuirá para a infelicidade e perversão das educandas*"<sup>13</sup>.

Como a instituição também buscava preparar as jovens para o casamento, isto fez com que sua educação não fosse do tipo monástica, que se considerava prejudicial ao destino da mulher.

*"Acompanhadas nos dias feriados de turmas, elas passeiam com sua regente, ou professores, freqüentando as amizades daquela, e assim bem dirigidas vão relacionando-se com o mundo social na modéstia de sua condição. As que freqüentam a Escola Normal, em número de quatro, são*

---

10 *Ibidem*. p. 58.

11 *Ibidem*.

12 Coleção das Leis e Resolução da Província, tomo 31. p. 100. Art. da Lei nº 1110 de 1877: "...compreende também as mulheres solteiras pobres de qualquer idade que não tenham pai".

13 *Op. cit.*, nota 2, p. 12.

*diariamente acompanhadas pela ajudante do Asilo, uma filha da regente, que serve gratuitamente*<sup>14</sup>.

Salientava-se como muito importante a permissão de freqüentar a Escola Normal às asiladas que demonstravam facilidade para aprendizagem. Isto porque, conforme o relatório, acreditava-se à época que *"Além de que o magistério é a nobre profissão a que se pode destinar a mulher, é também uma posição social digna para uma órfã, que, ou a torna independente, ou facilita-lhe um casamento mais vantajoso"*<sup>15</sup>.

Com isto, a instituição atingia os seus mais altos objetivos.

A pesquisa nos relatórios dos Presidentes da Província, de 1857 a 1880, período de funcionamento do Asilo de Santa Leopoldina, revelou o número de meninas que ali foram abrigadas, as atividades que exerciam, sua vinculação com o estabelecimento, bem como o destino que tiveram ao sair do Asilo.

A falta de dados não permitia a formação de um quadro referencial completo. A partir de 1880, o Asilo foi extinto por Ato do Presidente da Província. Apresenta-se a falta de recursos como o motivo mais importante, e a necessidade de incorporá-lo ao Asilo Santa Tereza, que tinha fins eminentemente caritativos<sup>16</sup>.

O destino das educandas do Asilo de Santa Leopoldina foi, conforme exposto anteriormente, casamento, serviço doméstico ou magistério, como pode ser observado no quadro em anexo.

Entre os dados do quadro, o ano que mais chama a atenção é o de 1871, que enumera 22 casos de casamento das meninas do Asilo. Pesquisando-se este aspecto, encontra-se, em 1876, no relatório do Presidente Francisco de Farias Lemos, a preocupação de que tais casamentos não fossem necessariamente o destino ideal para as asiladas. O Presidente sugere que elas fossem alertadas para esse tipo de vida sacrificada e trabalhosa que podiam ter, casando com colonos<sup>17</sup>.

---

14 *Ibidem*. p. 11.

15 *Ibidem*.

16 Desde 1867, encontram-se referências aos relatórios dos Presidentes de Província sobre a conveniência de reunir o Asilo de Santa Leopoldina ao Colégio Santa Tereza, cujo prédio pertence ao Governo Provincial. Isto resolveria o problema da falta de comodidade e de meio para amparar as órfãs do Asilo de Santa Leopoldina. Relatório do Presidente da Província José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em 1873. p. 23.

17 Relatório do Presidente de Província Francisco Farias Lemos, em 1878. p. 59.

O histórico do Asilo de Santa Leopoldina, bem como a organização educacional ali desenvolvida, revelou a razão da orientação do Presidente da Província Henrique D'Avila quanto à educação da mulher também adotada pelos Presidentes anteriores a ele, consoante a ideologia liberal: minimizar as diferenças de classes, mediante a educação e a preparação para o trabalho<sup>18</sup>.

É importante mencionar a presença de líderes políticos que discordaram parcialmente das diretrizes educacionais que privilegiavam basicamente o papel das mulheres no ensino. Tal é o caso do líder liberal Von Koseritz, que julgava importante que a educação dos homens continuasse a ser feita por professores homens, pois as mulheres não tinham condição de instrumentalizá-los para o exercício da cidadania, "*pelo qual os individuos assumem os seus direitos políticos*".

O estudo da organização do ensino no Asilo de Santa Leopoldina indicou aspectos fundamentais da sociedade riograndense aos fins do século XIX.

O sistema de educação adotado no Asilo pretendeu ser o mesmo que se faz nas "casas pobres", preparando a mulher para cumprir o destino social de mãe de família e "digna mulher de operário".

A documentação oficial do período enfatizou a necessidade de o Estado intervir no processo educacional, pois, sem o seu patrocínio, "*as desamparadas da sorte não podem preencher o nobre sacerdócio que a moderna civilização assinala hoje à mulher*". Henrique D'Avila, em Ato de 22 de setembro de 1880, extinguiu o Asilo de Santa Leopoldina, pois o mesmo não estava conseguindo atender às finalidades para as quais foi criado, incorporando-o ao Colégio Santa Tereza.

Ele restringe a atuação do Estado a doações anuais, constantes no orçamento provincial, conforme vinha sendo feito ao Asilo de Santa Leopoldina, bem como o rendimento do seu patrimônio. Em troca, conforme contrato por escrito, o Asilo Santa Tereza, sob direção do Reverendo Padre Cacique de Barros, obrigava-se a receber o maior número possível de desvalidas impúberes que pudesse admitir todos os anos.

O ato de D'Avila revelou o papel indireto do Estado na educação, pois também afirmou que apenas instituições de caráter particular, como o Colégio Santa Tereza, tinham condições de gerir instituições deste tipo.

---

18 Anais da Assembléia Provincial, 1885. p. 150.

HISTÓRICO DAS ÓRFÃS ABRIGADAS NO ASILO DE  
SANTA LEOPOLDINA, CONFORME DADOS DOS RELATÓRIOS DE  
PRESIDENTES DA PROVÍNCIA (1857 a 1880)

Ano	Total do nº de mulheres órfãs	Destino			Outras Atividades	Vinculações ao Estabelecimento				
		Adoç.	Casam.	Magist.		Int.	Meio Pens.	Pens.	Ext.	Ind.
1857	26(exp.)	-	-	-	Ens.rel.trab.dom.	26	-	-	-	-
1858	27(e) 3(d)	-	-	-	Canto, Ornam, 1ª L.Al.Fr.	30	-	-	-	-
1859	34	-	-	-	Lavores	34	-	-	-	-
1860	29(e) 4(d)	4	-	-	-	33	5	-	2	-
1861	s/ref.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1862	32	-	-	-	5(trab.ofic.sap.)	25	2	-	5	-
1863	42	-	-	-	-	30	8	-	4	-
1864	45	4(exp)	-	-	Lav.,1ªs.L.,Alemão	28	-	8	5	4
1865	38	-	-	-	-	33	-	-	5	-
1866	s/ref.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1867	35*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1868	35*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1869	s/ref.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1870	s/ref.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1871	58	-	22	-	-	47	7	-	4	-
1872	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1873	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1874	50	-	-	6	-	-	-	-	-	-
1875	45	-	3	5	-	-	-	-	-	-
1876	45	-	3	-	Costura	-	-	-	-	-
1877	45	-	1	5	-	-	-	-	-	-
1878	39	-	7	-	-	-	-	-	-	-
1879	38	-	3	6	-	-	-	-	-	-
1880	s/ref.	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Legenda: e = expostas; d = desvalidas; 1ªs.L. = Primeiras Letras; Al. = Alemão; Fr. = Francês; Lav. = Lavores; Int. = Internas; Meio P. = Meio Pensionistas; Pens. = Pensionistas; Ext. = Externas; Ind. = Indigentes

\* Alunas do 1º grau, retirado dos mapas das escolas públicas.

## BIBLIOGRAFIA

01. COELHO DE SOUZA, J.P.: *A educação no Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul, Terra e Povo. Porto Alegre, Globo, 1964.
02. COLEÇÃO das Leis e Resoluções da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.
03. CONSTANTINO, N.: Sistema educacional como reflexo da cultura brasileira. In: *Revista de Estudos Ibero-Americanos*. nº 2, dezembro de 1984. Vol. X.
04. FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
05. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984.
06. FREITAS, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4 ed., São Paulo, Moraes, 1980.
07. GRUPPI, Luciano. *Tudo começou com Maquiavel*. As concepções de Estado em Marx, Engels, Lenin e Gramsci. Porto Alegre, L & PM.
08. HOLANDA, S.B.: (Org.). *O Brasil monárquico*. Declínio e queda do Império. São Paulo, Difel, 1974.
09. LACROIX, Maria de Lourdes Lanande. *Educação na Baixada Maranhense, 1822-1889*. São Luís, SECMA, 1982.
10. MACEDO, Francisco Riopardense de. *Os menores abandonados e o Padre Cacique de Barros*. Porto Alegre, FEBEM-RS, 1982.
11. RELATÓRIO da Diretoria de Ensino da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1877.
12. RELATÓRIO dos Presidentes de Província do Rio Grande do Sul de 1857 a 1880.
13. PRADO, Aurea. A Formação do Professor Primário no Rio Grande do Sul. In: *Rio Grande do Sul de 1857 a 1880*.
14. SOARES, Pedro M.. Feminismo no Rio Grande do Sul: primeiros apontamentos (1835-1845). In: *Vivência, História e imagens femininas*. São Paulo, Brasiliense, 1980.